

Múltiplas formas de contar uma história...

Marialva Carlos Barbosa

Considerações iniciais

Ainda que as reflexões em torno da historicidade dos processos comunicacionais tenham se complexificado nas últimas décadas, há ainda nos estudos que se dedicam à história dos meios de comunicação no Brasil a prevalência da perspectiva que considera primordial recuperar o passado em sua inteligibilidade absoluta. Parte-se do pressuposto que os mais variados documentos poderiam atestar a fiabilidade do passado e que interessaria, então, o movimento de trazer o que ocorreu nos tempos idos para ser novamente visualizado no momento atual.

Não se trata aqui de adotar aquilo que muitos consideram uma visão pós-moderna da história, isto é, pressupor uma ficcionalidade exacerbada, imputando uma imaginação histórica a tudo que poderia ter ocorrido. O debate em torno dos que seguiram esse caminho já foi exaustivamente travado na história, criticando-se, dessa forma, uma atitude que colocava em risco o próprio saber historiográfico.

Trata-se de considerar duas questões fundamentais: a história da comunicação deve, ao mesmo tempo, valer-se dos postulados teóricos da história e considerar as especificidades dos processos comunicacionais. Não se pode fazer, da mesma forma, uma história da mídia (seja ela qual for) e uma história da ciência, apenas para citar um exemplo.

Inicialmente, há que se perceber que a história comunicacional do homem foi construída pela adoção de próteses comunicacionais que fizeram e ampliaram a possibilidade do ato comunicativo. À prótese fala seguiu-se outra tecnologia, a escrita, e, assim, sucessivamente, numa extensa história da construção de media-

ções possíveis para tornar mais eficiente o ato de comunicar. Portanto, a história da comunicação é a reconstrução, pelo ato interpretativo, dessas múltiplas mediações e de suas materializações em processos complexos.

Para estudar a comunicação há que se ter em mente que ela se operacionaliza em um sistema, no qual estão envolvidos múltiplos atores e práticas. Não basta perceber o aparecimento de novos meios e a “função” ou “papel” que tiveram num dado momento e lugar. Não basta correlacionar o aparecimento ou desaparecimento de jornais, revistas, meios audiovisuais, etc., com um contexto que se localiza, invariavelmente, no em torno dos processos midiáticos. É preciso tentar compreender e remontar os sistemas de comunicação nos quais estavam envolvidos homens e mulheres na sua mais completa humanidade.

Para isso, há que se valer das teorias da história. É a história, como disciplina, que fornece o arcabouço conceitual indispensável para se pensar os processos históricos comunicacionais. E talvez o modelo proposto por Darnton para uma história da comunicação impressa valha também para outros processos midiáticos. No seu texto, Darnton (1995) atentava que para reconstruir os processos comunicacionais de homens do passado que construíram, pelas práticas, uma história dos impressos, era fundamental recuperar o sistema de comunicação no qual estavam envolvidos. Para isso, havia que se responder a algumas perguntas fundamentais: não bastava reconhecer e descobrir as materialidades (o *que* da questão), era preciso caminhar na direção de descortinar a face desses atores envolvidos na produção desses impressos (*quem*) e com que propósito. E, por último, perceber de que forma aquelas materialidades circulavam no mundo social, quem delas se apropriavam e que mudanças produziam naqueles que tinham contato com aquelas formas de comunicação.

Reconstruir o sentido de uma obra – e a obra pode ser os jornais, por exemplo, como rede de textos – exige que se considere as relações entre o texto, o objeto que lhe serve de suporte (no caso a impressão) e as práticas que instrumentalizam (a leitura realizada e a reapropriação feita pelo leitor).

Utilizando o modelo proposto por Robert Darnton é preciso investigar quem produz, quais as estratégias produzidas para chegar ao público, como funcionam essas empresas e de que forma essas materialidades chegam ao leitor. Percorrido esse caminho é preciso ver também como os leitores/espectadores (ou qualquer outro nome que possamos designar esse ser genérico chamado de público) entendem os sinais e quais teriam sido os efeitos sociais dessa experiência (1995: 112).

Ter que reafirmar nos estudos o foco de análise, estabelecendo questões que digam respeito às reflexões em torno da comunicação e não fazendo dos meios meros apêndices para questões de natureza sociológica, antropológica ou da linguagem, entre tantas outras possibilidades de reflexão teórica, leva-nos, muitas vezes, a negar teorias que são pertinentes e fundamentais. Não é o fato de escolher um dado aporte teórico que nos coloca automaticamente num outro lugar reflexivo: desde

que nossas indagações, nossas questões e nossas interpretações se direcionem às múltiplas produções de sentido envolvidas na comunicação estaremos realizando, de fato, estudos inseridos no campo comunicacional.

Portanto, não podemos prescindir de conceitos fundamentais da teoria da história para proceder a análise histórica dos meios de comunicação e o desconhecimento dessas teorias dificulta, muitas vezes, a abordagem. Em alguns momentos a opção por não utilizar esses conceitos é deliberada. Opta-se por produzir uma análise a partir de teorias próprias do campo comunicacional, já que, no momento, para a construção do saber na área ainda se considera importante essa afirmação, como já enfatizamos.

Entretanto, como fazer história sem refletir sobre temporalidade, entendida como a inscrição das atividades humanas na duração? Como generalizar para todos os espaços sociais questões que dizem respeito às ações de pessoas concretas num dado momento e lugar? Como fazer história da comunicação sem refletir sobre processos e sistemas, sobre relações sociais e sobre narrativa e interpretações? A história pode trabalhar, por exemplo, com pesquisas pontuais, que se referem a um espaço social específico, mas após essa particularização é fundamental realizar sínteses conclusivas. Passa-se, pela teoria da história, do texto ao contexto, ou seja, dos meios de comunicação aos lugares culturais nos quais estão inscritos, com todas as particularidades das épocas históricas.

Feito esse preâmbulo há que se falar, ainda que referencialmente, das relações que podem ser descortinadas entre comunicação e história. Que conexões podemos estabelecer entre esses dois lugares reflexivos? Quais as aproximações e os distanciamentos que podem ser percebidos entre comunicação e história?

Comunicação e história: um lugar de múltiplas partilhas

Mesmo havendo uma espécie de partilha temporal entre esses dois lugares de produção de saberes, cabendo à história desvendar a possibilidade de ações envolvendo vidas passadas e à comunicação refletir, prioritariamente, sobre processos envolvidos nas ações dos homens do presente, há outras especificidades a serem consideradas.

A relação comunicação e história enseja, também, duas outras questões: a primeira diz respeito ao fato de a comunicação se referir sempre a ações e processos envolvendo atores sociais que, ao viver, colocam em prevalência atos comunicacionais. São esses atos, realizados no passado, que chegam ao presente sob a forma de indícios e vestígios significantes nos dizendo reiteradamente que “os homens do passado passaram por aqui” (Barbosa, 2009). Portanto, são os atos comunicacionais dos homens que viveram outros tempos que os historiadores procuram recuperar através de sinais significativos que deixaram marcas. É, nesse sentido, que afirmamos que história é, em última instância, uma relação comunicacional.

A segunda questão diz respeito ao estatuto narrativo da comunicação e da história. Não se trata apenas de considerar que o produto da pesquisa em ciências humanas é sempre um texto que descreve e reflete sobre processos sociais, interpretando atos e ações de um tempo considerado próximo ou distante, mas que, numa espécie de dupla relação, tanto a comunicação como a história percorrem sempre caminhos narrativos.

Aquilo que chamamos fontes, ou podemos considerar como aberturas possibilitando descortinar os nossos objetos, são invariavelmente textos de múltiplas naturezas: textos materiais sob a forma de traços de vida; textos memoráveis sob a forma de falas audíveis ou silenciadas mas que se referem a um tempo pretérito; textos escritos que procuram desvendar um momento que já foi denominado presente, entre diversas outras possibilidades.

Entre essas fontes figuram, com destaque, sobretudo após o surgimento da impressão no século XVI e com mais intensidade a partir do momento em que os meios de comunicação passaram a inscrever o tempo presente em interfaces duradouras, as que são originárias do mundo da comunicação. Jornais, revistas, periódicos de múltiplas naturezas, por exemplo, são frequentemente referenciados, ainda hoje, quando o olhar dos historiadores multiplicou a possibilidade de enxergar em diversos vestígios aberturas para atestar a existência de processos localizados no passado. Impressos, transformados em documentos-monumentos de uma época, usando aqui a expressão cunhada por Jacques Le Goff, são espécies de atestado dos acontecimentos de um tempo e lugar.

A partir desse uso exacerbado, multiplicam-se as reflexões em torno da utilização desse material e dos limites a que estariam sujeitos os historiadores ao utilizar esse universo descritivo como materialidade do passado. Afinal, nos processos comunicacionais há sempre uma seleção memorável produzida no presente. Foi a partir de um olhar particular, ou seja, daquele que foi chamado periodista, editor, redator, repórter e, por último, de maneira indiferenciada, jornalista, que os fatos foram agrupados, produzindo uma espécie de atestado do que ocorreu naquele presente que a passagem do tempo transforma em passado. As notícias são construídas não apenas para o presente, mas para o futuro. Há nelas uma configuração narrativa, por exemplo, nas estratégias de edição, nas quais se destacam na primeira página aqueles que seriam acontecimentos mais duradouros. Produz-se textos para os leitores do presente e do futuro, incluídos nesse universo os que procurarão por informações sobre um passado próximo ou distante.

Há ainda que se considerar que na temporalidade contemporânea, na qual há uma espécie de dilatação do presente, pontuando-o com uma multiplicidade infinita de agoras, os meios de comunicação se transformam em fiadores do momento histórico. A tarefa de contar, nesse tempo sucessivo e incessante, o que se acontece na profusão de segundos que passa a ter importância para o desenrolar da vida, é

privilégio desses atores que multiplicam as estratégias narrativas para apresentar, em *tempo real* os últimos acontecimentos. Os meios de comunicação ou as tecnologias que colocam em cena e transformam muitos em produtores da própria notícia permitem que se realize uma operação midiográfica (Meneses, 2009), transferindo-se para a ação comunicacional a tarefa de escritura da história de um tempo tornado eterno presente.

O uso que os meios de comunicação fazem do passado também nos leva a refletir e a concordar com Matheus (2010) que a história fornece capital simbólico fundamental para os meios de comunicação. Ao transformar o que já descreveu como presente em passado memorável e digno de novo registro, por exemplo, procuram afirmar sua ação mais do que como “testemunha ocular da história”, construindo-se como produtores da própria história. Essa é uma das razões por que os meios de comunicação usam ao infinito múltiplas referências ao passado: ao passado de um lugar transformado em nação em torno de um discurso comum, inclusive de uma memória histórica partilhada; ao passado de sua própria história que, obrigatoriamente, nas suas construções os inserem na história mais ampla da cidade ou do país; ao passado como utopia midiática, reconstruído como idílio dos tempos de outrora.

Instaura-se nos meios de comunicação o passado como o “verdadeiro” e como o “verossímil”. Enquanto na primeira inscrição transformam-se em documentos fiadores do que teria ocorrido, na segunda exacerbam a imaginação comunicacional dentro de determinados parâmetros de plausibilidade. O passado possui marcas escriturárias na narrativa – as roupas de época, as performances discursivas, os utensílios e adereços, as paisagens – que se constituem em espécies de passagens em direção ao tempo pretérito. Essas marcas instauram a verossimilhança, como também aquilo que se descortina como possibilidade imaginativa do passado. Nelas estão incluídos restos memoráveis duradouros que permanecem no público e que são, por sua vez, referendados sistematicamente pelas narrativas comunicacionais. Esses restos memoráveis duradouros são as memórias históricas do cotidiano do público.

Por outro lado, se o tempo passa tão incessantemente que não há mais espessura do agora, vive-se a ilusão de um eterno presente, que engloba futuros possíveis que não se realizam, pois estão sempre sendo incluídos nos agoras sucessivos de um tempo que guarda a ilusão de aceleração, mas no qual se vive a lógica da desaceleração: não queremos ingressar no futuro, ao mesmo tempo em que trazemos, com recorrência, ilusões de passado inseridas nesse presente estendido.

Há que se considerar ainda que, nas últimas décadas, as pesquisas das chamadas ciências humanas deslocaram seu olhar dos sistemas sociais para os atores e as suas ações no mundo, seja ele próximo ou distante. Mais do que sistemas abstratos, interessa aos historiadores, cientistas sociais, antropólogos, entre uma gama enorme de variações denominativas para aqueles que descortinam seus olhares em direção às humanidades, perceber a ação desses atores para a compreensão dos processos

históricos. Assim, ao invés do livro, os pesquisadores que se dedicam a analisar esse recorte do mundo comunicacional passaram a se interessar pelas práticas de leitura, pelos sujeitos reais que exercitam sua vida num tempo que passa a ter significado a partir de ações humanas. E esse é apenas um exemplo, entre uma dezena de outros que poderiam ser citados¹.

Ainda que isso pareça evidente para muitos estudiosos, durante muito tempo houve o predomínio da busca das funções, das instituições, da articulação estrutura e conjuntura (no que diz respeito à história). Enfim, pensava-se os processos sociais de maneira autônoma: estruturas, processos, dispositivos, máquinas, gramáticas eram termos que, segundo Revel, permitiam que se pensasse a sociedade sem atores “ou que não deixavam a estes últimos senão o papel de servir de ilustrações singulares para mecanismos abrangentes e anônimos” (2009: 120).

Contra este movimento afirmou-se progressivamente, ainda segundo o historiador, a partir dos anos 1980, o que por vezes foi chamado de “redemoinho pragmático” (Idem, *ibidem*). Com a retomada da reflexão sobre as práticas, recolocou-se os atores no centro das pesquisas. Aos sistemas autônomos, sucedeu a análise de um mundo social repleto de sujeitos e de suas ações, submetidos a conflitos, contradições, mas desempenhando o papel de produtores do tempo histórico, produzindo apropriações, ações nem sempre compreensíveis por que realizadas nos interstícios do possível, enfim, submetidos também à possibilidade de escolhas. A partir desses múltiplos lugares, de suas posições e das relações singulares que estabelecem, são os atores sociais que participam da construção do mundo.

Assim, causa estranhamento que nos estudos de comunicação, incluídos aqueles com viés claramente histórico, se sobressaíam, por vezes, instituições sem sujeitos, processos sem historicidade e que, não raro, se fale de um mundo sem atores sociais. No universo que recortamos e denominamos como estudos de história da comunicação são muitos os exemplos em que esse redemoinho pragmático ainda não se deu. Ao invés das práticas dos atores sociais, interessa os textos, sem contexto, produzidos pelos meios de comunicação. As instituições, por vezes, brotam na temporalidade histórica, quando muito articuladas a uma noção de contexto limitada à idiosincrasia dos lugares político, econômico e cultural num mundo apartado dos processos comunicacionais.

No caso da comunicação esse movimento é perfeitamente explicável. Detentora de um saber recente que surgiu das tentativas de explicar as práticas que brotavam de meios de comunicação, esses se tornaram quase que naturalmente objetos de estudos privilegiados. Portanto, são muitas vezes os veículos e não as práticas articuladas em torno dos modos de comunicação que são eleitas como objetos de estudo. Há, paralelamente, a prevalência de se enxergar a comunicação mais como fonte empírica, mesmo nos estudos da área, do que como centro reflexivo do qual emergiriam problemas de pesquisa peculiares e próprios ao universo comunicacional.

Há, assim, uma naturalidade em tentar desvendar o discurso produzido nos meios, como se a atividade linguageira desse conta da complexidade das questões em torno da comunicação. Em estudo recente, ao analisarmos a produção científica brasileira a partir das teses e dissertações defendidas em 2007, observamos que das 156 teses/dissertações cuja temática central era a relação história e jornalismo, a maioria absoluta se referia ao jornalismo como fonte. Como segundo grupo de pesquisas observa-se a história dos meios a partir da trajetória de figuras singulares que seriam os principais agentes da sua construção. Num terceiro grupo, figuram os estudos cujo principal foco é as coberturas e/ou o discurso. Portanto, o que os autores fazem não é história da comunicação (ou dos sistemas de comunicação), mas uma análise do enunciado, a partir de critérios metodológicos variados. A historicidade dos processos comunicacionais está definitivamente ausente dessas pesquisas (Barbosa, 2009b).

Portanto, é na direção do mesmo movimento diagnosticado por Revel (2009), do redemoinho das práticas, que estamos há anos postulando a construção de uma história da comunicação. Essa história que nomeamos, reiteradas vezes, como dos sistemas de comunicação (Barbosa, 1997) parte do pressuposto que a comunicação é um processo que se materializa em múltiplos sistemas, que deixam antever as ações (e suas significações) de atores sociais². O que chamamos história dos sistemas de comunicação nada mais é do que uma interpretação que descortina processos comunicacionais produzidos e vividos (e transformados) pelas práticas de múltiplos atores sociais.

A comunicação como processo e a história como sistema

Assim, numa espécie de combate sem tréguas (Barbosa e Ribeiro, 2009) demarcamos, há mais de uma década, a necessidade de considerar a comunicação como um processo para se construir uma história da comunicação como sistema. Não se trata de palavras vazias, espécies de *slogans* que nada acrescentam à reflexão teórica e metodológica. Quando enunciamos comunicação como um processo estamos enfatizando a interrelação das práticas comunicacionais, de tal forma que não se pode apartar o ato comunicacional de quem o profere e de quem o recebe e, o mais importante, que nele estão incluídas múltiplas ações, produções de significações, materialidades, relações institucionais, entre diversas lógicas interpretativas. Ou seja, na base da análise empírica, deve-se trabalhar com práticas, representações, apropriações, re-significações produzidas por atores sociais num mundo pleno de significados. Mas essas práticas não dizem respeito apenas aos produtores de textos (ou de textualidades), mas também seus receptores ou consumidores, visualizados não como lugares de análise estanques, e sim envolvidos numa processualidade que produz a mistura desses universos.

O processo comunicacional refere-se, sempre, ao mundo que é representado por alguém, submetido a práticas históricas, em algum lugar, e que se materializa

sob a forma de trocas com um outro. Representa-se um mundo e cria-se um outro mundo aberto à apropriação crítica daqueles que, imersos num mundo cultural, produzem diálogos a partir de práticas, nas quais os processos comunicacionais têm amplo significado. Trata-se de considerar o mundo, o texto, o contexto e um novo texto que volta ao mundo e à apropriação crítica daqueles que se depararam com esse universo discursivo. Claro que esse tipo de análise envolve uma considerável complexidade, mas pode-se enfatizar nos estudos ora um aspecto, ora outro, sem deixar nunca de considerar que o processo comunicacional materializa-se em sistemas históricos.

Tudo isso a partir da pressuposição de que houve um passado e que cabe a nós reinstalar a *passeidade* desse passado, mostrando que os homens de outrora passaram por aqui e deixaram suas marcas. A partir dessas pegadas reinterpretemos esse passado no presente, procurando avançar, nos limites do possível, além do anacronismo.

Há ainda outra questão que direciona a abordagem: os processos comunicacionais colocam em cena textualidades do presente para o futuro, numa dimensão prefigurada de fontes possíveis de um mundo que já passou. Portanto, como desvincular esse mundo descrito dos processos que os descreveram? Embaralham-se fronteiras entre o que se falou do mundo e os atores sociais que produziram aquela fala num dado momento e lugar. A história da comunicação não é apenas a história dos meios: deve ser a história da complexa relação comunicacional que descortina o tempo tornado presente e fixado para o futuro.

Ao se fazer história da comunicação estamos adotando algumas premissas fundamentais de qualquer análise histórica. Demarcando uma temporalidade regida pelo terceiro tempo da história, o calendário; considerando certos instrumentos de pensamento (como os documentos, a cultura material e outros rastros que indicam a passagem do passado) para mostrar que o passado possui nele mesmo um significado, mas que só poderá ser acessado a partir do olhar que coloca em cena valores e indagações do presente; percebendo a complexa configuração de um contexto no qual os textos que destacamos fazem sempre parte desse todo indelével. Assim, não podemos estudar processos históricos desconectados do mundo social no qual estavam inseridos. Não podemos estudar processos comunicacionais sem a necessária correlação com o tempo social de sua produção e o espaço social de sua realização.

Tudo isso a partir de um esforço que é de, tão somente, perceber o passado. Um passado que só chega até sob a forma de rastros, que nada mais são do que atos comunicacionais dos homens do passado que perduraram no tempo. Deixando uma marca que pode estar depositada num lugar físico construído para abrigar documentos (os arquivos), mas pode igualmente estar em fímbrias de narrativas que teimosamente continuam nos informando os passos do passado.

Aqueles que se dedicam a qualquer história irão sempre selecionar entre esses múltiplos vestígios os que darão conta das perguntas que dirigimos ao passado. Será

preciso, então, entre os múltiplos rastros, separar, reunir, transformar em documentos, coletar, analisar e produzir um texto.

A história que contamos pode estar inscrita em múltiplos atos e ações comunicacionais de atores do passado. Pode estar no documento oficial, nas cartas que anexas aos processos penais teimam em dizer que os escravos do século XIX foram letrados, leitores e produtores de textos, ou podem estar escrita à margem de velhos papéis amarelados pelo tempo.

Uma história escrita à margem e nas margens. Pelo manuscrito que um leitor anônimo deixou registrado num impresso do século XIX, podemos, pois, nessa história dos sistemas de comunicação que postulamos contar uma outra história.

Uma história pelas margens...

O primeiro periódico impresso da capital maranhense, *O Conciliador do Maranhão*, nada tem de singular. Nos exemplares que se sucedem debaixo do olhar do pesquisador uma infinidade de textos se sucedem mostrando uma materialidade comum aos impressos do início do século XIX. Poucas páginas repletas de textos, sem qualquer ilustração, falando de fatos, transcrevendo decretos, dando notícias incompreensíveis aos olhos de hoje. Aquele periódico fora até o número 34 manuscrito e só no número 35, de 10 de novembro de 1821, começou a ser impresso³.

O exemplar que dele a Biblioteca Nacional produziu microfimes nos dá a possibilidade de escrever uma história da imprensa usando a escrita que um leitor desconhecido do passado deixou à margem do periódico. É graças a essas indicações anônimas, que supomos ser de um leitor do século XIX, pela forma caligráfica da sua letra dando inúmeras informações ao longo de todas as páginas, que descobrimos que o primeiro número saíra sete meses antes e que até o número 34 o jornal existira sob a forma manuscrita.

No número 35, de 10 de novembro de 1821, o leitor informa no final da página que aquele número “principiou a publicação impressa”. E acrescenta outra informação talvez destinada a um leitor do futuro: “até o número 34 era manuscrito”. Ainda na primeira folha, no alto, perto do título, escreve “já na tipografia”. Na outra margem lateral uma nova informação: “o número 53 com o número 64 escrito do Jesinho”. Esta última inscrição incompreensível para nós, ao contrário da primeira, indicaria que ele estaria buscando alguma coisa? Alguma coisa escrita por alguém? O que seria?

Nos números que ele indica na sua leitura atenta, o que faz com que sublinhe muitas palavras, risque as iniciais de outras tantas, decifre personagens desconhecidos hoje, particularize de maneira remissiva as datas a que se referiam às informações, aparece a informação que buscava. O “Jesinho” não era alguém que escrevia na folha, mas um personagem das notícias do *Conciliador*.

O que ele procurava eram informações sobre o réu José Antonio dos Santos Monteiro, Capitão da 4ª Companhia do Regimento de Infantaria de Linha do Maranhão, “atualmente preso na Cadeia do Castelo de Lisboa, pelo qual se acha condenado a pena de morte”. Abaixo da notícia, que fora toda sublinhada, além de ter sido marcada à margem com vários traços, particularizando uma leitura minuciosa, o leitor deixa antever que talvez existisse mais informação no “nº 64, p. 3”. Por que interessa a ele esta notícia? Jamais saberemos, mas pelas suas indicações de leitura podemos aferir algumas formas como o leitor do início do século XIX na longínqua província do Maranhão se relaciona com os textos impressos.

Essas marcas podem informar, portanto, sobre as múltiplas possibilidades da atividade de leitura. Na mesma leitura extensiva, pode-se ter um leitor que rapidamente passa os olhos sobre as informações que tomam as habituais quatro páginas da publicação, mas há também aqueles cuja atenção faz do corpo uma extensão dos olhos na ação de ler. Podemos supor que este leitor anônimo lia sempre com uma pena na mão, marcando no texto impresso aquilo que julgava importante ser destacado. Podiam ser informações referentes a uma pessoa próxima ou distante, mas que por algum motivo gostaria de ter aspectos de seu passado desvendado. Ou podiam ser marcas textuais que informavam sobre a própria constituição das atividades da imprensa naquela província. Seria o nosso leitor um historiador do passado em busca da gênese da imprensa maranhense?

As marcas da sua leitura no número 64 do *Conciliador Maranhense* parecem indicar que isto talvez fosse possível. Esse número especial, de 20 de fevereiro de 1822, foi editado com 13 páginas, incluindo-se o anexo de sete páginas com o balanço financeiro da Província. Na primeira, construindo um dispositivo manuscrito no veículo impresso, resumira o sentido daquele número especial: trata fundamentalmente da “Posse da Junta Provisória do Governo do Maranhão”. A indicação, que está no final da primeira página, foi escrita de forma resumida, não por que não houvesse espaço para se escrever à margem, mas talvez porque o nosso leitor tivesse pressa em percorrer os vários exemplares de um jornal que lhe contava uma história particular.

Assim, além dos dispositivos de leitura fixados pelo jornal no momento de sua produção – o título, os fios, as separações das notícias por pequenos sub-títulos, as colunas e alguns textos que resumiam o conteúdo da publicação – e que diminuem a distância entre o texto e o leitor, outros dispositivos foram, posteriormente, incluídos naquele impresso por um leitor que com sua leitura produz decifrações de personagens e de notícias. As suas marcações à margem ou sobre o texto parece nos induzir a ler com atenção aqueles textos que sublinha, que traceja e sobre os quais produz diversos símbolos. Esse seu movimento corporal em relação ao texto, permite supor também uma leitura que ia e voltava. Primeiro passa os olhos sobre todo o periódico: acha o que procura e volta novamente, silenciosamente, a ler de novo e aí sim marcar à margem, permitindo que se conte hoje uma história desse

periódico também pelas marcas de leitura que deixou no impresso sob a forma de texto manuscrito.

Em princípio, o texto impresso é dotado de uma imobilidade e de uma estabilidade. Esse mesmo texto, sob a forma jornal, evidentemente foi produzido para um leitor que pode lê-lo de várias formas: silenciosamente na biblioteca, ruidosamente no momento de descanso no lar, para alguém que tem dificuldades com as letras impressas, nos lugares públicos, entre uma enorme gama de possibilidades. Mas a leitura é sempre um trabalho que pressupõe a interpretação, a procura de sentido, enfim, a busca de significados.

Portanto, pelos indícios ou vestígios deixados por este leitor que pontua sua leitura em todos os números do *Conciliador Maranhense* pode-se aferir modos de leitura desses jornais do século XIX, ainda que limitando às interpretações, num primeiro momento, a esse leitor particular. Além dessas múltiplas marcas, os próprios jornais possuem, também, no início do século XIX, claros índices de oralidade. Não apenas, na indicação da constituição dos sistemas de comunicação, mas na forma e no tipo de informação que publicam. O *Conciliador Maranhense* edita, por exemplo, seguidamente sonetos e marcas gráficas – pequenos traços – direcionando a mudança de temática entre um assunto e outro. Os índices de oralidade existentes nos textos, como enfatiza Chartier (2002: 24), não são representações de práticas orais, mas instrumentos implícitos ou explícitos que destinam os textos àqueles que os leriam em voz alta ou os escutariam. Prólogos, advertências ao leitor, títulos e subtítulos, negritos, itálicos, letras maiúsculas em profusão no meio das frases mostram essa dupla natureza do destinatário e a dupla circulação dos textos.

Na edição do *Conciliador* também de 20 de fevereiro de 1822 encontramos um dos muitos exemplos desses índices. Após o título, um traço indica a pausa necessária para o início da leitura. Abaixo o título Notícias Nacionais e, em seguida, a informação de onde estaria vindo a notícia: Maranhão. Esses dois títulos são impressos em letras maiúsculas.

Essas marcas da oralidade são ainda mais emblemáticas nas edições que se seguem. No suplemento de 14 de fevereiro de 1822, publicam logo abaixo do título: “Continuação da refutação aos escandalosos folhetos denominados = Violências feitas no Governo do Maranhão, = e = Manifesto justificativo de M. P. de C. =”. E logo abaixo a indicação que o texto fora escrito por A. M. da C. S. O leitor com sua escritura à margem, completou as iniciais com o restante do nome “Ana Marques da Costa Soares”.

Duas observações merecem ser feitas em relação a este pequeno trecho. A separação das frases com o símbolo de igual, como traço gráfico, deixa evidente não apenas a profusão de assuntos sintetizados para o leitor, mas a possibilidade de leitura titubante, marcada pelas pausas que deveriam figurar graficamente no texto impresso. A segunda diz respeito às marcas deixadas no texto impresso por um leitor

que é onipresente em todos os números do jornal. Graças a ele ficamos sabendo a autoria do texto e o que causa maior impacto é descobrir que as iniciais de 1822 encobriam uma atividade escriturária de uma mulher.

O que estamos enfatizando, portanto, é que a publicação de jornais implica, sempre, uma pluralidade de atores sociais, lugares e dispositivos, de técnicas e gestos. Tanto a produção do texto quanto a construção de seus significados dependem de momentos diferentes de sua transmissão: a redação ou o texto ditado pelo autor, a transcrição em cópias manuscritas, as decisões editoriais, a composição tipográfica, a correção, a impressão e as leituras (Chartier, 2002: 10). Leituras que podem significar novas marcas textuais, produzindo sínteses, resumos, indicações de importância, ou seja, fornecendo também uma espécie de guia decifradora dos personagens de tempos de outrora para um leitor do futuro. As possibilidades interpretativas da leitura e de construir novas significações são infinitas.

É nesse sentido que, tal como enfatiza Chartier (2002), deve-se entender esses impressos como produções coletivas e como o resultado de negociações com o mundo social. Negociações que não são somente a apropriação de linguagens, de práticas e de rituais. Elas são, sobretudo, os intercâmbios entre a obra – e no caso da nossa análise, a obra é a imprensa do século XIX – e os seus múltiplos estágios, isto é, todos os seus processos de produção e suas leituras do passado, incluindo também as realizadas no futuro. E nesses processos ocupam lugar central, para o autor francês, a questão da materialidade das obras.

A inauguração dos processos de impressão na província não significa o desaparecimento dos jornais sob a forma manuscrita. O nosso mesmo leitor anônimo nos leva a buscar o número 64, no qual estão expressas informações sobre a gazeta manuscrita antecessora do *Conciliador*. Lá por uma carta de José Antonio da Cruz Ferreira Tezinho pode-se retirar a informação de que o periódico surgira em 15 de abril de 1821 e que fora editado, sempre uma vez por semana, até 4 de novembro do mesmo ano.

Tendo chegado a Imprensa Nacional, a principiamos a publicar impressa duas vezes na semana até o presente, e a pretendemos continuar, apesar dos esforços dos seus constituintes para suprimi-la, pelos motivos, que naturalmente lhes comunicariam nas instruções particulares, e são mui fáceis de adivinhar (*Conciliador*, 20 fev. 1822: 3).

A carta é dirigida a um inimigo político que através de folhetos manuscritos “derramava calúnias tão indignas como v.m, mais negras do que ele, e mui próprias dos que lhas encomendavam”. Além da indignação, a carta mostra a circulação de impressos clandestinos, manuscritos, e a batalha política e pessoal que é travada tendo como palco principal os escritos.

A profusão desse tipo de texto no periódico – em todos os números publicam pelo menos um desses libelos insultuosos contra os opositores – permite supor uma transmissão não restrita apenas à leitura silenciosa. O tom grandiloquente e coletivo das cartas pressupõe que a leitura é feita também de maneira grandiosa e por uma voz que ocupa os ambientes. Não há possibilidade de se pensar numa leitura silenciosa de um trecho como esse:

Ora, Sr. Loureiro, já era tempo de v.m se deixar de um modo de vida, em que até agora somente tem achado crimes e trabalhos sem nunca colher os frutos de sua maldade: não julgue que por ter até agora escapado à justa punição de seus delitos, há de ter sempre a mesma felicidade; talvez que esteja bem próxima a hora de expurgá-los; e olhe se ela soar talvez não ache nesta cidade a caritativa intervenção, que nesta paralizou os passos de seu processo, que talvez o conduzisse à impossibilidade de agora poder pagar aos seus protetores com a moeda do seu uso: v. m bem me entende; e se não procure o Desembargador do Paço ex-Canceler Veloso, que lho explique (Idem: 5).

Através dos rastros seguidos na própria publicação, entretanto, é possível chegar mesmo à materialidade desse leitor do passado. Em algumas das edições do *Conciliador* são publicados os nomes dos “subscritores” do jornal. Além do nome completo e da cidade onde moram, ao lado de muitos deles figura a indicação da posição profissional que ocupam. É assim que ficamos sabendo que entre eles há 74 moradores da capital da Província e 16 de três outras cidades do interior. Além de Alcântara, Caxias e Itapuruçu, com maior número, há leitores em localidades ainda mais distantes como Iguará, Parnaíba e Vianna. Entre esses assinantes 23 são militares – capitão, tenentes, tenentes coronéis, coronéis engenheiros e majores –, 5 são alferes. Conta-se também 5 desembargadores. Há outros que são indicados como chefes de esquadra, ajudantes ou, genericamente, como doutores.

Se o jornal destina-se a este público, é escrito também para aqueles que respondem diretamente às notícias que veiculam. Os opositores, os redatores de cartas apócrifas, os redatores de panfletos irados e também aqueles que pedem a intermediação do periódico.

As restrições técnicas impedem a produção de diversos tipos de impressos, impondo limites a novas materialidades. Entretanto, na década de 1820, mesmo em capitais distantes da Corte do Rio de Janeiro, possibilitam a impressão de dezenas de jornais modificando gradativamente o cotidiano daqueles habitantes. Por ouvir dizer ou por ler, um novo mundo adentra aquele universo impondo uma nova ortodoxia da linguagem, na qual o mundo manuscrito e impresso se mesclam ao mundo oral, saindo dele e a ele voltando.

O jornal editado na década de 1820 na província do Maranhão passara por aqueles dias da forma manuscrita para a impressa. Mas as letras manuscritas con-

tinuam fazendo parte do próprio impresso, dando informações suplementares. O jornal está impregnado dos dois modos de comunicação ou de uma dupla economia da escrita. Estudar a imprensa e os impressos é, portanto, ir além do objeto – o jornal – e tentar descortinar as práticas dos atores sociais responsáveis pelas significações das obras. E essas práticas, algumas vezes, estão escritas numa história à margem.

Marialva Carlos Barbosa

Professora da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)

mcb1@terra.com.br

Notas

1. Sobre essa perspectiva de análise cf. no que diz respeito à adoção de uma abordagem culturalista na história, a extensa obra de Roger Chartier.
2. Após este artigo inicial de 1997, seja individualmente ou em conjunto reiterarei a urgência de realizarmos na área de comunicação análises históricas mais complexas. Sobre o tema cf. Barbosa e Ribeiro (2009), Barbosa (2009) Barbosa (2009a), Barbosa (2009b), Barbosa (2008), Barbosa (2007), Barbosa (2005), Barbosa e Ribeiro (2005).
3. A análise desse item pode ser encontrada de maneira mais completa em Barbosa (2010).

Referências bibliográficas

- BARBOSA, Marialva. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. In: *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 6, n. 16, julho 2009, pp. 11-27.
- _____. e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Combates por uma história da mídia no Brasil. In: *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom 2009, Curitiba*. CD Rom do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2009. v.1. pp.1-15.
- _____. e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Por uma história do jornalismo no Brasil. In: *XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2005, Rio de Janeiro*. CD Rom do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2005. v.1. pp.1-12.
- _____. *História Cultural da Imprensa - Brasil (1900-2000)*. Rio de Janeiro: MAUADX, 2007.
- _____. *História Cultural da Imprensa - Brasil (1800-1900)*. Rio de Janeiro: MauadX, 2010.
- _____. História do jornalismo no Brasil: um balanço conceitual. In: *Verso e Reverso* (São Leopoldo), v. 52, pp.1-11, 2009b.
- _____. Meio de Comunicação e História: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*, v.1. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. pp. 15-34.
- _____. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre comunicação e história. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart

- e HERSCHMANN, Micael (orgs.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. pp. 83-96.
- _____. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. *Contracampo* (UFF), v.12, pp. 51-62, 2005.
- _____. Por uma história cultural da imprensa brasileira. In: *Lumina*. v. 2, pp.1-8, 2008.
- _____. Por uma história dos sistemas de comunicação. In: *Contracampo* (UFF), v. 1, pp.72-82, 1997.
- _____. Vestígio do tempo: história cultural da imprensa brasileira e práticas sociais de leitura. *Revista Portuguesa de História do Livro*, v. 23, pp. 233-276, 2009a.
- CHARTIER, Roger. *Do palco à página: publicar teatro e ler romances na época moderna (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATHEUS, Letícia Cantarela. *Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos*. Tese de Doutorado em Comunicação. Niterói: UFF/PPGCOM, 2010.
- MENESES, Sônia. *A operação midiográfica: 1964, um golpe com três tempos – mídia, memória e esquecimento*. Texto de qualificação de tese de doutorado em História. Niterói (RJ): UFF, 2009.
- REVEL, Jacques. *Proposições. Ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e o lugar da história. In: *Lugar Comum*. n° 11, 2000, pp. 25-44 .
- _____. Jornalismo e história: ambiguidades e aparentes paradoxos. In *ECO: publicação da pós-graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. V.4, n.1 (1999), Rio de Janeiro, 1999, pp. 5-11.
- _____. *A história do seu tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, 1995.
- _____. e HERSCHMANN, Micael. História da comunicação no Brasil: um campo em construção. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart e Herschmann, Micael (org). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. pp. 13-26.

Resumo

O objetivo desse artigo é mostrar de que forma se pode reconstruir processos comunicacionais localizados no passado, percorrendo, por exemplo, as fímbrias das narrativas impressas para produzir interpretações múltiplas e variadas. Assim, a complexidade da relação comunicação e história, obriga que se pense sempre a interpretação do conhecimento passado pelos atores sociais que viveram um tempo qualificado hoje como outrora. No texto mostramos ainda que a partir de marcas indiciais pode-se reconstruir os atos interpretativos dos leitores do passado. Como exercício metodológico apresentamos o que chamamos “uma história pelas margens”, no qual a inscrição de um leitor do passado fornece a chave interpretativa para descortinar processos de uma história da comunicação.

Palavras-chave

Comunicação; História; Teoria.

Abstract

The purpose of this article is to demonstrate how we can reconstruct communication processes situated in the past, following the fringes of printed narratives in order to produce multiple and varied interpretations. Thus, the complex relation between communication and history obliges us to always think about the interpretation of past knowledge by social actors that lived in a time considered nowadays as long ago. We still demonstrate here that it is possible to reconstruct past readers' interpretative acts from the marks and vestiges found in those textualities. As a methodological exercise, we present what we call a history by the margins, in which a past reader's inscription gives the interpretative key to unveil communication history processes.

Keywords

Communication; History; Theory.